

A TRADICIONAL FAMÍLIA MINEIRA? UM ESTUDO EXPLORATÓRIO DA RAÇA/COR DOS RESPONSÁVEIS PELOS DOMICÍLIOS EM MINAS GERAIS PARA 2006

Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo*
Paula de Miranda-Ribeiro♦

Resumo:

Este trabalho tem por objetivo realizar um estudo exploratório das famílias através da análise dos domicílios da PNAD 2006 buscando aplicar uma tipologia proposta por Arriagada (1997) para definição da estrutura familiar. Essa análise foi feita para a cinco categorias de auto-classificação de raça/cor, procurando identificar as diferenças e/ou semelhanças de acordo com a raça/cor do responsável pelo domicílio. Os principais resultados mostram que independente da raça/cor da pessoa de referência, o tipo familiar que concentra a maioria da população mineira em 2006 é a família nuclear, principalmente a composta por casal e filhos, reforçando a idéia da tradicional família mineira.

Sessão temática: D6 – Relações raciais e in(ex)clusão social em Minas Gerais

Palavras-chave: raça/cor; famílias; domicílios

* Doutoranda em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG e Analista sócio-econômico do IBGE.

♦ Professora Associada do Departamento de Demografia do CEDEPLAR/UFMG.

A tradicional família mineira? Um estudo exploratório da raça/cor dos responsáveis pelos domicílios em Minas Gerais para 2006

Luciene Aparecida Ferreira de Barros Longo*
Paula de Miranda-Ribeiro♦

1 Famílias e raça/cor

A sociedade brasileira passou por várias transformações nas últimas décadas e essas transformações se fizeram sentir também no âmbito familiar. A queda da fecundidade, que fez com que o número de filhos e conseqüentemente o tamanho da família diminuísse, a melhora das condições de vida da população e seu impacto na expectativa de vida das pessoas, o aumento da idade ao casar, a inserção da mulher no mercado de trabalho dentre outras transformações demográficas, fez com que a estrutura da família se alterasse. E em Minas Gerais, essas transformações não foram diferentes.

Podemos pensar nas transformações que as famílias passaram analisando-as sob a ótica das relações sociais. A família hierarquizada perdeu espaço para a família mais igualitária, em que os valores tradicionais e patriarcais vão sendo substituídos por valores mais subjetivos e privados. Mas a estrutura familiar também se alterou, passando por um processo de reorganização e diversificação, surgindo novas formas e tamanhos de família, assim como novos significados (Cioffi, 1998; Goldani, 2005).

A família pode ser definida como um grupo de pessoas que se relacionam entre si, seja pelo sangue, casamento, adoção ou algum tipo de aliança e que vivem juntas num mesmo local (Dias, 2005; Mendras, 2004; Sabóia e Cobo, 2005). Na cultura brasileira, o estereótipo da família é constituído pelo marido, esposa e filhos, sendo que em outras culturas há variações para as estruturas familiares (Dias, 2005). No entanto, é pertinente destacar que tanto no Brasil como em outros países em que há predomínio da família nuclear, há famílias mais complexas, compostas também por outros membros.

Portanto, a família brasileira é monogâmica. Mas outros conceitos também estão envolvidos quando analisamos as formas que o casamento pode assumir na sociedade. Por exemplo, o casamento no Brasil é exogâmico, ou seja, realizado entre pessoas de grupos distintos (as pessoas não podem se casar com parentes próximos – irmão ou irmã). De forma análoga, a endogamia é tipo de casamento entre pessoas do mesmo grupo. Um exemplo são as sociedades¹ em que imperam a endogamia racial, ou seja, os indivíduos só podem se casar com pessoas da mesma raça/cor (Dias, 2005).

No Brasil, caso existisse a endogamia racial, a maior dificuldade talvez fosse estabelecer realmente as classificações de raça/cor que poderiam se ligar pelo casamento. Raça/cor no Brasil é ainda um ponto passível de muitas discussões, uma vez que a classificação é totalmente subjetiva.

* Doutoranda em Demografia pelo CEDEPLAR/UFMG e Analista sócio-econômico do IBGE.

♦ Professora Associada do Departamento de Demografia do CEDEPLAR/UFMG.

¹ Na África do Sul, durante muito tempo os casamentos deveriam seguir os preceitos da endogamia racial, ou seja, brancos só poderiam se casar com brancos e negros com negros (Dias, 2005).

A informação de raça/cor que subsidia os estudos sobre diferenças raciais é uma auto-declaração, ou seja, depende da percepção de cada um em relação à sua cor ou raça. Indo além, podemos pensar ainda que esta auto-declaração também pode estar associada a como o indivíduo vê o outro ou até mesmo a como ele imagina ser visto pela sociedade. Apesar das pesquisas domiciliares buscarem essa auto-declaração, muitas vezes o questionário é respondido por apenas um morador do domicílio, caracterizando, na verdade, uma alter-declaração.

Longo e Campos (2006) mostram que a declaração de informação, tida como auto-declaração, na realidade é uma alter-declaração. Mais de 70% das declarações de raça/cor são dadas por terceiros, ou seja, outras pessoas moradoras do domicílio pesquisado. Esse resultado mostra que embora tenhamos várias linhas de pesquisa considerando as declarações de raça/cor como auto-declarações, ou seja, declarações de como a pessoa se vê, na verdade estamos tratando, na maioria das vezes, de como o outro vê a pessoa². Mesmo assim, essa não pode ser uma limitação para analisar as famílias com o viés de raça/cor, principalmente pelo fato da informação vir de um membro do próprio domicílio, no caso do respondente não ser a própria pessoa.

No entanto, as diferenças raciais encontradas na população brasileira vão muito além da cor da pele dos indivíduos. Muitos estudos revelam as desigualdades de acesso à educação, renda, ocupação e moradia entre indivíduos de raça/cor distintas. Essas desigualdades podem ser notadas tanto a nível individual quanto familiar, na medida em que as desigualdades sociais acabam sendo transferidas através de gerações, gerando um círculo vicioso difícil de ser rompido (Oliveira e Miranda-Ribeiro, 1998; Lima, 1999; Hasenbalg, 1999; Soares, 2000; Henriques, 2001).

Arriagada (1997) destaca ainda que embora as desigualdades entre as famílias sejam um tópico bastante discutido em termos demográficos, econômicos e sociais, as desigualdades intrafamiliares é um tema bem recente. Ainda assim, poucos estudos mostram efetivamente as diferenças raciais entre as famílias.

Embora saibamos que as famílias brasileiras possuem, pelo menos na sua formação, diferenças referentes à raça/cor, pouco se tem estudado sobre o assunto. Os estudos sobre família despontaram na década de 1970. Já a questão sobre raça/cor tem suscitado uma série de debates e questionamentos que vão desde a forma de declaração até as análises que utilizam essa metodologia. No entanto, se a relação família e raça/cor ainda apresenta uma lacuna considerável na literatura, em Minas Gerais os estudos nessa área específica são praticamente nulos. Por isso, pretende-se com este trabalho iniciar um processo de caracterização das famílias, através da raça/cor do responsável pelos domicílios mineiros. Esse estudo será uma primeira tentativa de mapear as diferenças entre os tipos familiares e suas prevalências entre as distintas classificações de raça/cor.

1.1 Estudos sobre família

A importância da família nos estudos demográficos foi efetivada no final da década de 1960 e início da década de 1970, a partir dos estudos sobre fecundidade, que passam a

² Deve ser ressaltado, no entanto, que esse “outro” pertence à mesma família ou ao mesmo domicílio da pessoa que está prestando a informação.

considerar a unidade familiar como cerne das decisões do comportamento reprodutivo (Oliveira, 1981 apud Bruschini, 1989). Com esses estudos surge formalmente a “Demografia da Família”, que enfoca os determinantes do tamanho e da estrutura familiar tanto do ponto de vista dos aspectos demográficos quanto sócio-econômicos. Nesse momento, a fecundidade, a mortalidade, a nupcialidade e a migração passam a ser analisadas também sob a ótica da estrutura familiar (Altmann, 1984 apud Bruschini, 1989).

Considerando o papel da família para sua dinâmica interna e também em relação à dinâmica demográfica em geral, é fundamental o controle do parentesco, principalmente para a identificação das unidades conjugais no domicílio. Portanto, as análises de família devem levar em consideração suas características estruturais e também seu tamanho (Goldani Altmann, 1984).

Por isso, além do conceito de família, também há que se considerar o conceito de famílias conviventes, que são núcleos familiares distintos que convivem sob o mesmo teto. Segundo as recomendações da ONU, uma unidade doméstica pode ter uma única pessoa (no caso dos domicílios unipessoais) ao passo que a família deve ter pelo menos duas pessoas. Uma família não pode conter mais de uma unidade doméstica, mas uma unidade doméstica pode ter mais de uma família (famílias conviventes). Portanto, o conceito de família é definido pelo conjunto de membros da unidade doméstica que possui laços de parentesco, através de laços de consangüinidade, adoção ou casamento (Saboia e Cobo, 2005, Dias, 2005).

Assim, o casamento também deve ser destacado quando estamos falando de família. Para Therborn (2006:198) “*o casamento humano é uma instituição sociossexual, parte do complexo institucional mais amplo da família*”. Portanto, torna-se impossível falar de família sem abarcar as questões matrimoniais, pois o casamento tem algumas implicações para a sociedade em geral e o status social e a formação dos domicílios acabam sendo afetados pelo casamento. Em muitas sociedades, a cerimônia de casamento é rito de passagem para a vida adulta³, o que acaba tornando o casamento um mecanismo de estabelecimento do status social dos adultos (Therborn, 2006).

Além disso, é importante considerar as mudanças ocorridas nas famílias. Alguns dados para a Europa mostram que as mudanças na propensão a casar, divorciar, separar ou coabitar e as mudanças no comportamento reprodutivo e nas idades dos filhos ao deixarem a casa dos pais, somadas às tendências e diferenciais de mortalidade, têm levado a um impacto marcante nos padrões dos domicílios. Essas mudanças vão ao encontro do que se tem chamado de um processo de “segunda transição demográfica”. Esse processo seria marcado por três fases. A primeira fase teria como característica o aumento dos divórcios, a diminuição da duração dos casamentos, um aumento da idade ao casar, a difusão da contracepção, a diminuição da fecundidade em todas as idades. Já a segunda fase seria apontada pela aparição da coabitação pré-matrimonial, aumentos dos nascimentos fora do casamento e uma diminuição contínua da fecundidade. Por fim, a terceira fase englobaria a estabilização das taxas de divórcio, a extensão da coabitação e a recuperação da fecundidade após os 30 anos (Van de Kaa, 1987 e Lesthaeghe, 1985).

Essas fases ilustram bem o processo contínuo de transformação das famílias. Embora não seja objetivo deste trabalho identificar essas características especificamente, é importante ressaltar que todas essas mudanças refletem, de forma muito explícita, na composição das

³ As exceções são África Subsaariana e Sudoeste Asiático budista (Therborn, 2006).

famílias e domicílios. Algumas mudanças, como as dissoluções das uniões, os nascimentos fora do casamento, principalmente entre adolescentes que acabam não deixando os domicílios dos pais, entre outras, acabam por afetar sobremaneira a estrutura domiciliar/familiar, trazendo à tona as questões referentes à forma como as famílias acabam absorvendo seus novos e antigos membros.

No Brasil, em geral, a família é nuclear, formada por marido, mulher, chefiada pelo cônjuge masculino, jovem (com filhos pequenos e na média apenas dois filhos) e com pouca presença de outros parentes e agregados (Bruschini, 1989). De acordo com o último Censo Demográfico do país, em 2000, havia 48,3 milhões de famílias sendo que a maioria relativa dessas famílias (28,7%) era composta pelo casal com filhos menores de 14 anos (Sabóia e Cobo, 2005).

Goldani (2005) aponta que as mudanças institucionais ocorridas no Brasil nos últimos anos foram de tal magnitude que provocaram um processo de reorganização e diversificação nas estruturas familiares, passando a ter novas formas, tamanhos e também novos significados. A autora destaca que não existe apenas um novo tipo de família ou um tipo único de união conjugal, mas várias novas famílias e arranjos conjugais. É o que a autora chama de “família reinventada”, considerando o processo de junção de outras famílias, num contexto de novos arranjos conjugais e modos de vida e também da incorporação das características de famílias anteriores, embora tenham uma forma de sustentação completamente nova (Gameiro, 1999 apud Goldani, 2005).

Não obstante o padrão predominante continue sendo o arranjo familiar de casal com filhos, Medeiros e Osório (2002) mostram, para o período entre 1978 e 1998, que tem havido uma série de mudanças na composição do núcleo e da periferia dos arranjos, além de modificações expressivas no tamanho desses arranjos. Está decrescendo a participação dos arranjos formados por casal e aumentado os arranjos formados pela mulher com filhos. O tamanho médio dos arranjos também tem diminuído e essa diminuição pode ser tanto em função do aumento do número de arranjos quanto da queda da fecundidade ocorrida no Brasil nas últimas décadas.

Além disso, há no país um número considerável de famílias conviventes, ou seja, famílias que convivem com outras famílias. Já entre as décadas de 1970 e 1990 já era possível identificar um aumento nos arranjos domiciliares multinucleados, ou seja, arranjos nucleares que convivem no mesmo domicílio. No Censo 2000 o número de famílias conviventes era de 6,1 milhões e sua concentração era maior nas áreas menos desenvolvidas, como as regiões Norte e Nordeste. No entanto, as famílias conviventes eram mais representativas em domicílios em que o responsável era do sexo feminino, sendo que a maioria das famílias conviventes (20,9%) era composta pela mãe com filhos menores de 14 anos (Medeiros e Osório, 2001 e Sabóia e Cobo, 2005). Famílias sob a responsabilidade feminina sem presença do cônjuge estão quase sempre associadas à pobreza, devido às dificuldades inerentes à falta de um provedor principal que as coloca numa situação de vulnerabilidade (Cioffi, 1998).

Tantos são trabalhos sobre a família e sua caracterização, no entanto, na maioria deles a questão da raça/cor é deixada de lado. Pouco se sabe além das características familiares que estão associadas à pobreza, educação, acesso a serviços e aos diferenciais de raça/cor dos indivíduos dentro dos domicílios. Portanto, as características de raça/cor do indivíduo são extremamente relevantes para descrevermos um perfil das famílias. Para isso, é importante

associar essas características individuais ao contexto das famílias e uma boa forma de fazer essa associação é através da raça/cor do responsável pelo domicílio.

Embora se saiba que a raça/cor do responsável não implica em informações sobre os demais membros da família, o responsável pelo domicílio, ou pessoa de referência, traz consigo certa “carga de responsabilidade” sobre os demais membros, e isso revela a importância de analisar como se distribuem as estruturas domiciliares e se elas trazem variações significativas ao considerarmos as diferenças de raça/cor. Assim, torna-se necessário investir nessa análise conjunta como forma de suprir essa lacuna.

Após essa reflexão sobre a família no Brasil, é importante verificar os tipos familiares mais prevalentes em Minas Gerais. A ideia de tradicional família mineira, composta por pai, mãe e filhos é realmente o modelo que vigora entre os mineiros e/ou os residentes no estado? Esse trabalho torna possível conhecer melhor os domicílios mineiros, como eles se organizam e se há diferenciais por raça/cor⁴ dos responsáveis. Com isso, ajudará a entender melhor a realidade das famílias, para que posteriormente outros trabalhos a serem desenvolvidos possam identificar as demandas e encontrar soluções para os problemas sociais e econômicos nos quais essas famílias estão inseridas.

2 Metodologia

Para realizar um estudo exploratório das famílias buscou-se aplicar a tipologia proposta por Arriagada (1997) para definição da estrutura familiar. Essa tipologia considera os seguintes tipos de famílias/domicílios:

Unipessoais: constituídos por apenas uma pessoa;

Nucleares: pessoa de referência (chefe) e cônjuge com ou sem filhos, ou somente pessoa responsável pelo domicílio com filhos;

Extensos: pessoa de referência (chefe) e cônjuge com ou sem filhos, ou somente pessoa responsável pelo domicílio com filhos, mais outros parentes;

Compostos: igual aos nucleares ou estendidos, mais outras pessoas que não são parentes;

Sem núcleo: pessoa de referência (chefe) sem cônjuge nem filhos, mais outros parentes ou não parentes.

Todos os tipos podem ter como pessoas responsáveis pelos domicílios homens ou mulheres. (Arriagada, 1997:14)

Para fazer essa classificação, utilizou-se os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2006 realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Embora essa tipologia trate indistintamente “domicílios” e “famílias” é importante destacar que o foco de análise deste estudo é o domicílio. A opção de analisar o domicílio, e não as famílias, advém do fato de que a definição de família pelo IBGE pode gerar alguns problemas de análise, a saber:

- 1) Pela classificação do IBGE, por família considera-se

*“O conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, que residissem na mesma unidade domiciliar e, também, a pessoa que morasse só em uma unidade domiciliar. Entendeu-se por **dependência doméstica** a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família e por **normas de convivência** as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que morassem juntas sem estarem ligadas por laços de parentesco*

⁴ Diferenciais de raça/cor são importantes quando fazemos análises individuais de renda, escolaridade, acesso a bens e serviços, entre outros fatores de estudo. Por isso, entre as famílias essa é uma característica importante para identificá-las.

ou dependência doméstica. As famílias conviventes são aquelas constituídas por, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residissem na mesma unidade domiciliar” (IBGE, 2006b).

Nesse caso, o IBGE considera que dentro do domicílio pode haver mais de uma família, o que foi chamado de “famílias conviventes”. No entanto, essas “famílias” podem esconder uma dependência econômica importante, como no caso da filha adolescente que tem um filho, mas continua morando com os pais (dependência econômica). Nesse caso, para o IBGE, ela e a filha formam outra família;

2) Na tipologia proposta por Arriagada (1997), além das famílias nucleares, há também as extensas (presença de outros parentes) e compostas (presença de não parentes). Essa tipologia só poderia ser aplicada aos dados da PNAD se considerarmos os domicílios, uma vez que ao desmembrar as famílias em famílias conviventes, a classificação de família do IBGE impede a classificação de famílias extensas e compostas ao transformar os demais membros fora do núcleo familiar em outras famílias.

Por isso, escolheu-se analisar o domicílio para captar todos os tipos de famílias descritos na literatura, inclusive as extensas e compostas. Os laços de dependência doméstica não foram considerados, portanto, os empregados domésticos e parentes dos empregados domésticos foram excluídos da análise, ou seja, não estão incluídos entre os “não parentes”. Assim, foram criados 14 tipos distintos de famílias:

Quadro 1: Tipos de famílias/domicílios

<i>Nuclear 1</i>	pessoa de referência, cônjuge e filhos
<i>Nuclear 2</i>	pessoa de referência e cônjuge
<i>Nuclear 3</i>	pessoa de referência e filhos
<i>Extensa 1</i>	pessoa de referência, cônjuge e filhos + outros parentes
<i>Extensa 2</i>	pessoa de referência e cônjuge + outros parentes
<i>Extensa 3</i>	pessoa de referência e filhos + outros parentes
<i>Composta 1</i>	pessoa de referência, cônjuge e filhos + não parentes
<i>Composta 2</i>	pessoa de referência e cônjuge + não parentes
<i>Composta 3</i>	pessoa de referência e filhos + não parentes
<i>Composta 4</i>	pessoa de referência, cônjuge e filhos + outros parentes + não parentes
<i>Composta 5</i>	pessoa de referência e cônjuge + outros parentes + não parentes
<i>Composta 6</i>	pessoa de referência e filhos + outros parentes + não parentes
<i>Sem núcleo</i>	pessoa de referência sem cônjuge, sem filhos + outros parentes +/- ou não parentes
<i>Unipessoal</i>	pessoa que vive sozinha

Arriagada (1997) destaca ainda que as pesquisas domiciliares limitam a construção dos tipos de famílias porque não diferenciam o tipo de união. Sendo assim, pela PNAD, o que chamamos de cônjuge não necessariamente representa o parceiro da união civil, ou seja, incluem-se nessa categoria tanto as uniões consensuais quanto os casamentos civis⁵.

A análise foi feita para Minas Gerais e para as cinco categorias de auto-classificação de raça/cor, procurando identificar as diferenças e/ou semelhanças de acordo com a raça/cor do responsável pelo domicílio.

3 Análise dos dados

⁵ Exceto as uniões homossexuais, que acabam não sendo identificadas pela pesquisa (o cônjuge do mesmo sexo, nesse caso, é classificado como “agregado” na sua relação com o responsável pelo domicílio)

Os dados para 2006 continuam reforçando a idéia da tradicional família mineira nuclear, composta principalmente pelo casal com filhos. Os dados gerais para os tipos de família/domicílio revelam que mais da metade (53,1%) da população mineira vive em famílias do tipo Nuclear 1, ou seja, pessoa de referência, cônjuge e filhos. O segundo tipo mais prevalecente é o Extensa 1 (12,3%), que possui as mesmas características da Nuclear 1, porém com a presença de outro parente. Em seguida vem o tipo Nuclear 3 (10,3%), no qual há a presença da pessoa de referência e filhos apenas. Acompanhando essa característica, o quarto tipo prevalecente é o Extensa 3 (7,7%), em que também há a presença de outro parente junto à pessoa de referência e filhos. Apenas o casal sem filhos representa 6,9% do total de pessoas que vivem nesse tipo de família. Os demais tipos são bem menos significantes em termos percentuais. É importante destacar o papel dos domicílios Unipessoais (3,4%) e também dos Sem núcleo (3,6%). Esse último chama a atenção por conter os domicílios de casais homossexuais, que, embora não sejam identificados pela pesquisa, certamente estão incluídos nesse tipo (tabela 1).

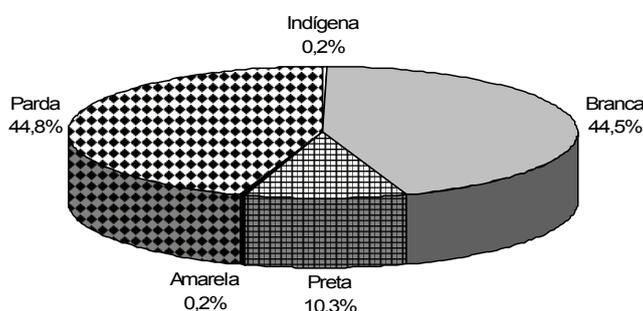
Tabela 1
População por tipos de família/domicílio, Minas Gerais 2006

Tipo de família	Frequência	Percentual
Nuclear 1	10.327.321	53,1
Nuclear 2	1.334.120	6,9
Nuclear 3	2.044.533	10,5
Extensa 1	2.395.421	12,3
Extensa 2	312.812	1,6
Extensa 3	1.501.694	7,7
Composta 1	53.367	0,3
Composta 2	6.976	0,0
Composta 3	45.358	0,2
Composta 4	20.811	0,1
Composta 5	12.621	0,1
Composta 6	30.487	0,2
Sem núcleo	708.469	3,6
Unipessoal	663.674	3,4
Total	19.457.664	100,0

Fonte: PNAD 2006 (elaboração própria)

Já a caracterização por raça/cor da pessoa de referência mostra que 44,8% da população mineira vive em domicílios cuja pessoa de referência é parda, 44,5% em que ela é branca, 10,3% em que ela é preta, 0,2% em que ela é amarela e 0,2% em que ela é indígena. Essas informações podem ser visualizadas no gráfico 1:

Gráfico 1
Percentuais da população por raça/cor da pessoa de referência do domicílio, Minas Gerais 2006



Fonte: FNAD 2006 (elaboração própria)

Esses percentuais se diferem um pouco da distribuição percentual geral por raça/cor da população de Minas Gerais que vive nos tipos de domicílios analisados acima, exatamente por levar em consideração a distribuição da raça/cor da pessoa de referência. Na população de Minas Gerais, os percentuais de distribuição por raça/cor são: 0,2% são indígenas, 46,3% são brancos, 8,4% são pretos, 0,2% são amarelos e 45,0% são pardos. Essas diferenças mostram que os casamentos exogâmicos por raça/cor podem ter um papel importante para explicar essas variações, principalmente a maior diferença entre os percentuais para pretos. Por exemplo, no caso de um casal em que a pessoa de referência é preta, o cônjuge branco e os filhos pardos, a pessoa de referência acaba “puxando” as pessoas de raça/cor branca e parda. Esse fato ajuda a explicar as maiores variações entre brancos e pretos.

Uma outra explicação possível seria o fato das famílias cuja pessoa de referência é preta são mais numerosas. Assim, os responsáveis por essas famílias de raça/cor preta poderiam concentrar uma proporção maior de pessoas no domicílio e isso ajudaria a aumentar esse percentual vis-à-vis os percentuais para a população total.

Portanto, ao analisar esses dados é preciso sempre ter mente que estamos tratando dos percentuais de pessoas que vivem em domicílios cuja pessoa de referência é de uma determinada raça/cor. Nesse caso, esses percentuais não têm necessariamente que ter correspondência com a distribuição total das pessoas por categorias de raça/cor.

Se compararmos aos percentuais de pessoas de raça/cor preta na população total brasileira (6,9%) e aos percentuais que vivem em domicílios sob a responsabilidade de uma pessoa auto-declarada preta no Brasil (8,6%), temos que Minas Gerais está sobre-representada nessas categorias, fruto do passado escravocrata, que acabou atraindo uma população proporcionalmente maior de pretos vis-à-vis a média de outros estados brasileiros.

Com relação ao sexo da pessoa de referência, a grande maioria das pessoas mora em domicílios cuja pessoa de referência é do sexo masculino (74,3%). No entanto, ao fazer a diferenciação por raça/cor, encontramos uma sobre-representação da população em domicílios chefiados por mulheres indígenas, pretas e amarelas⁶, pois há uma proporção maior de pessoas vivendo em domicílios cuja pessoa de referência é a mulher dessas respectivas raças/cor. Analogamente, há uma sub-representação para domicílios cuja pessoa

⁶ No entanto, os diferenciais entre as categorias indígena e amarela não devem ser considerados nessa análise por representarem um percentual muito pequeno da população e estarem sujeitos a grandes oscilações devido aos altos coeficientes de variação dessa amostra. Para mais informações, consultar IBGE, 2006b.

de referência é mulher e branca ou parda, embora sejam percentuais bem próximos (ver tabelas A1 e A2 no anexo).

Assim, de uma maneira geral, podemos dizer que a maioria da população de Minas Gerais vive em domicílios compostos por um casal e seus filhos, cuja pessoa de referência é do sexo masculino, confirmando o padrão já destacado da “tradicional família mineira”. No entanto, sabe-se também que a maior parte da população também vive em domicílios cuja pessoa de referência é parda ou branca, sendo que essas duas categorias dividem de forma quase igualitária quase 90% da população do estado.

Com o intuito de caracterizar melhor como se dá a distribuição do tipo de família/domicílios em relação à raça/cor da pessoa de referência, criamos alguns diagramas para ilustrar essa composição. A distribuição geral da população em cada tipo de família por categoria de raça cor se encontra no anexo (tabela A3).

3.1 Pessoa de referência indígena

Embora o percentual de pessoas que vivem em domicílios cuja pessoa de referência é indígena seja muito pequeno se comparado ao restante da população (0,2%), e traga consigo alguns problemas de expansão da amostra, por apresentarem altos coeficientes de variação é importante ressaltar que o padrão de família composta pelo casal e filho também é o predominante, pois 51,0% das pessoas que vivem em domicílios cuja pessoa de referência é indígena vivem em domicílios do tipo Nuclear 1 (pessoa de referência, cônjuge e filhos). Como os demais tipos não podem ser analisados de forma confiável, apenas apresentamos os percentuais a título de ilustração (diagrama 1.1 e diagrama 1.2).

Diagrama 1.1

População residente em domicílios cuja
pessoa de referência é indígena

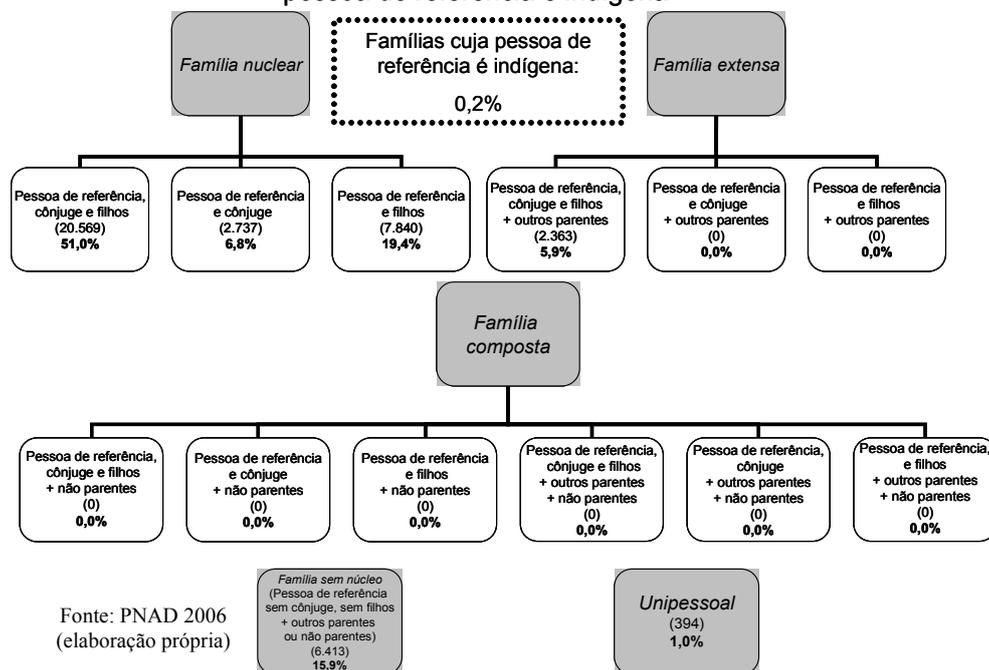
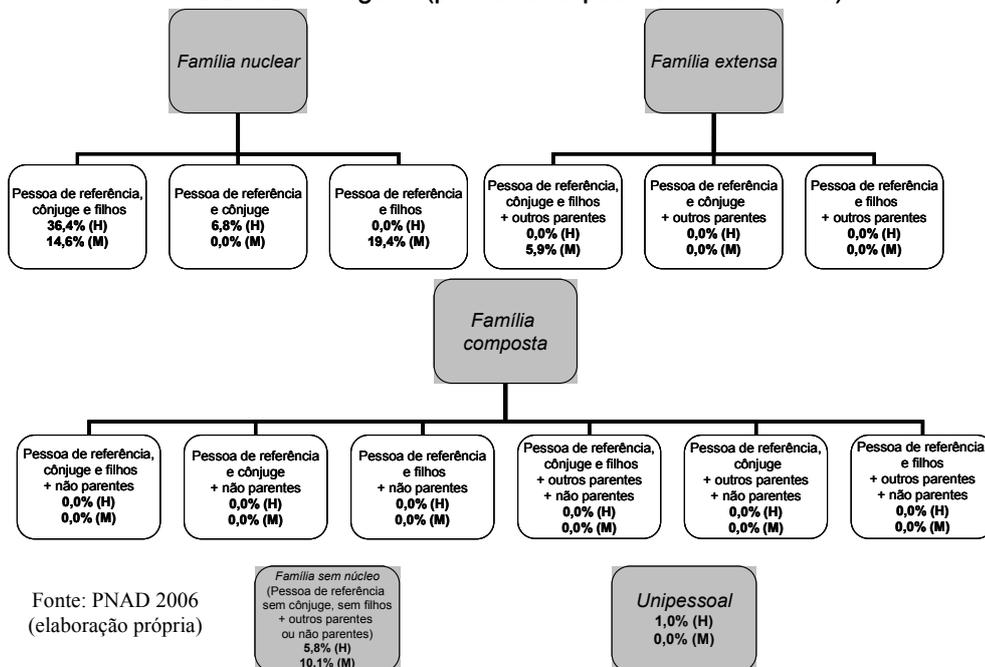


Diagrama 1.2

Percentuais da população residente em domicílios cuja pessoa de referência é indígena (por sexo da pessoa de referência)



3.2 Pessoa de referência branca

Dentre os domicílios cuja pessoa de referência é branca (44,5%), a maioria absoluta (54,9%) reside em domicílios do tipo Nuclear 1 (casal e filhos), seguido do tipo Nuclear 3, 10,4% (sem a presença do cônjuge) e Extensa 1 (casal, filhos e outros parentes), 9,7%. É interessante notar dois pontos a esse respeito: a baixíssima concentração de pessoas em tipos de família composta (em todas as categorias) e também entre as famílias nuclear e extensa, a predominância de pessoas em famílias cujo casal está presente (diagrama 2.1).

Embora a maioria das pessoas residam em domicílios cuja pessoa de referência é o homem, isso não acontece entre as famílias nucleares e extensas sem a presença do cônjuge e com filho, como pode ser visualizado no diagrama 2.2 (tipos Nuclear 3, Extensa 3) e também nas famílias Sem núcleo e Unipessoal. Nesse caso, as mulheres são maioria no que tange à responsabilidade pelo domicílio.

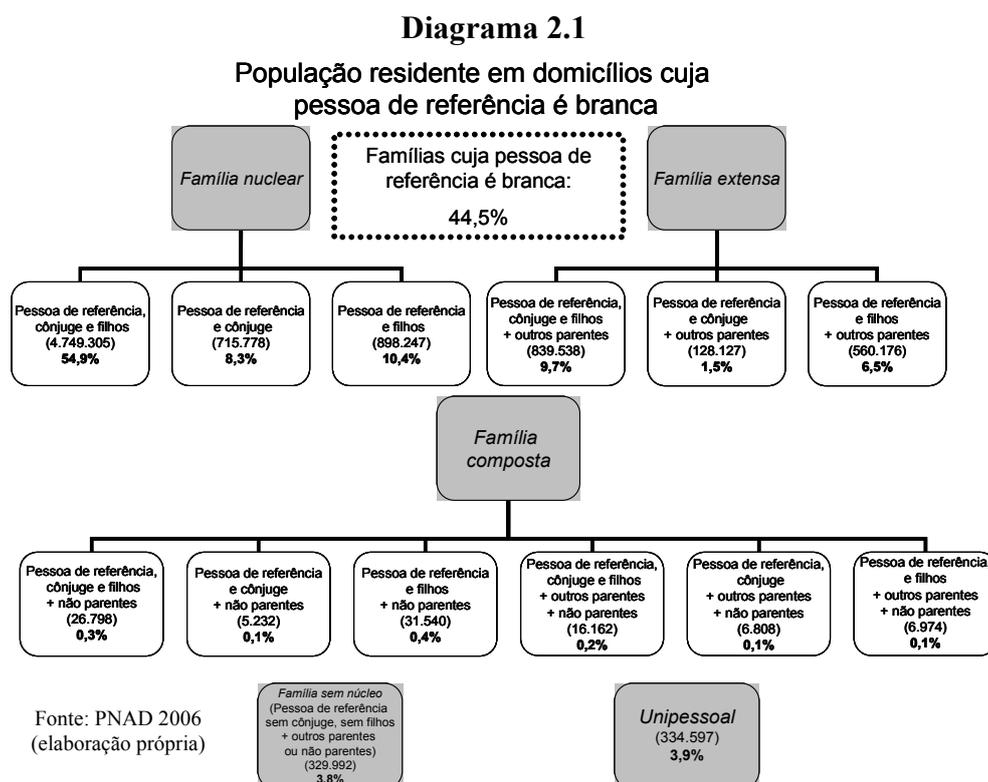
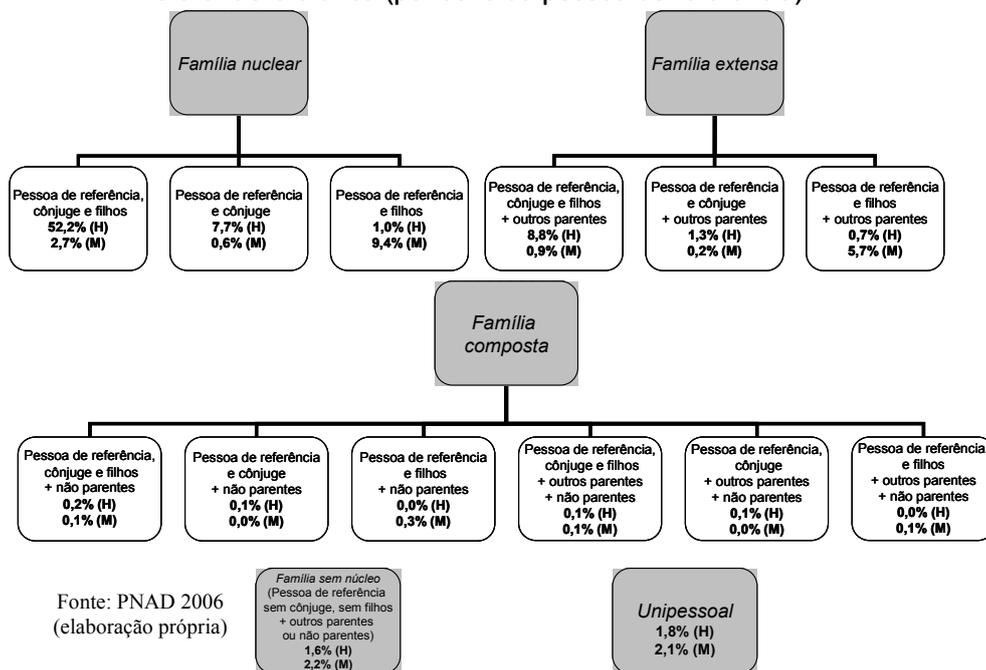


Diagrama 2.2

Percentuais da população residente em domicílios cuja pessoa de referência é branca (por sexo da pessoa de referência)



3.3 Pessoa de referência preta

Pessoas que moram em domicílios cuja pessoa de referência é preta representam 10,3% da população total em Minas Gerais. Embora o padrão seja residir em domicílios do tipo Nuclear 1, como entre as categorias já analisadas, o segundo tipo de família que concentra maior proporção de pessoas é o tipo Extensa 1 (com a presença de outros parentes), com 14,0% (diagrama 3.1). Da mesma forma, a proporção de pessoas que vivem em famílias extensas de modo geral é maior do que os indígenas e brancos. Essa informação reforça a idéia de que a população preta, pelo histórico de desigualdade que tem enfrentado durante muitos anos, tem maior dificuldade de conseguir uma “autonomia familiar”, sugerindo que as pessoas que têm maior dificuldade financeira para constituir seu próprio domicílio acabem morando com parentes.

Embora a maioria das pessoas more em domicílios cuja pessoa de referência é o homem, nos domicílios em que não há presença do cônjuge tanto nas famílias nucleares quanto extensas ou sem núcleo, a maioria das pessoas mora em domicílios cuja pessoa de referência é do sexo feminino (diagrama 3.2). Além disso, é nas famílias cuja pessoa de referência é da raça/cor preta a maior concentração de pessoas residindo em domicílios sob a responsabilidade feminina, como já ressaltado pela tabela A2 do anexo.

Diagrama 3.1

População residente em domicílios cuja
pessoa de referência é preta

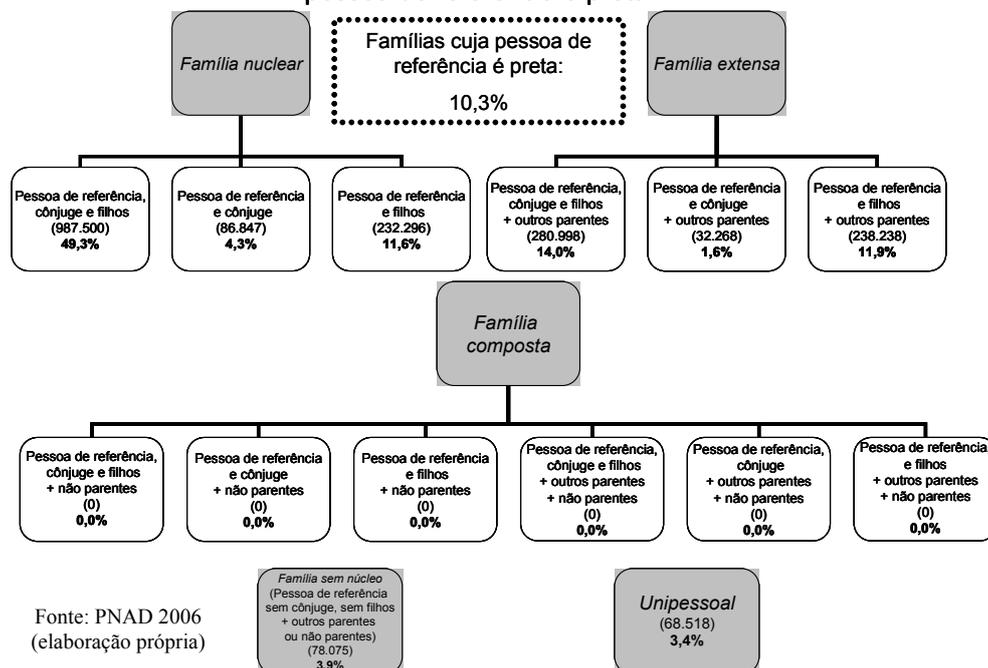
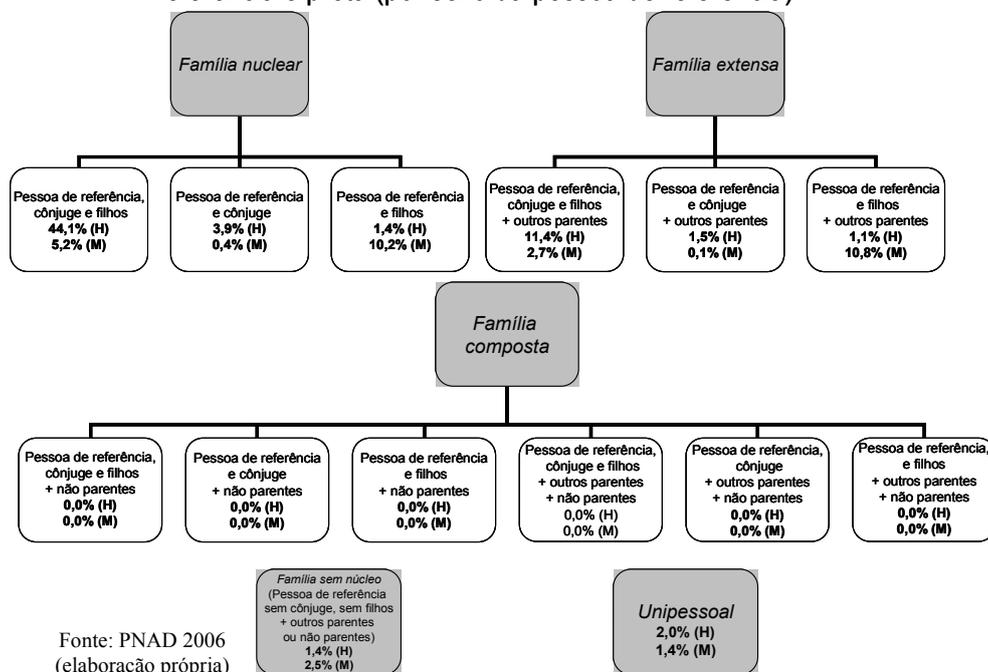


Diagrama 3.2

Percentuais da população residente em domicílios cuja pessoa de referência é preta (por sexo da pessoa de referência)



3.4 Pessoa de referência amarela

Da mesma forma que os indígenas, a proporção de pessoas que moram em domicílios cuja pessoa de referência é da raça/cor amarela é muito pequena: 0,2%. Mesmo assim, o padrão geral do tipo de família é o mesmo, casal com filhos. Da mesma forma, interpretar os percentuais advindos de uma proporção tão pequena da população em Minas Gerais, tornaria frágil qualquer análise mais minuciosa (diagrama 4.1).

Com relação ao sexo da pessoa de referência, também não há novidade: a maioria das pessoas se encontra em domicílio sob a responsabilidade dos homens, exceto para as famílias sem cônjuge e com filhos, no entanto, há muito tipo de família sem representação para essa categoria de raça/cor (Nuclear 3 e Unipessoal - diagrama 4.2).

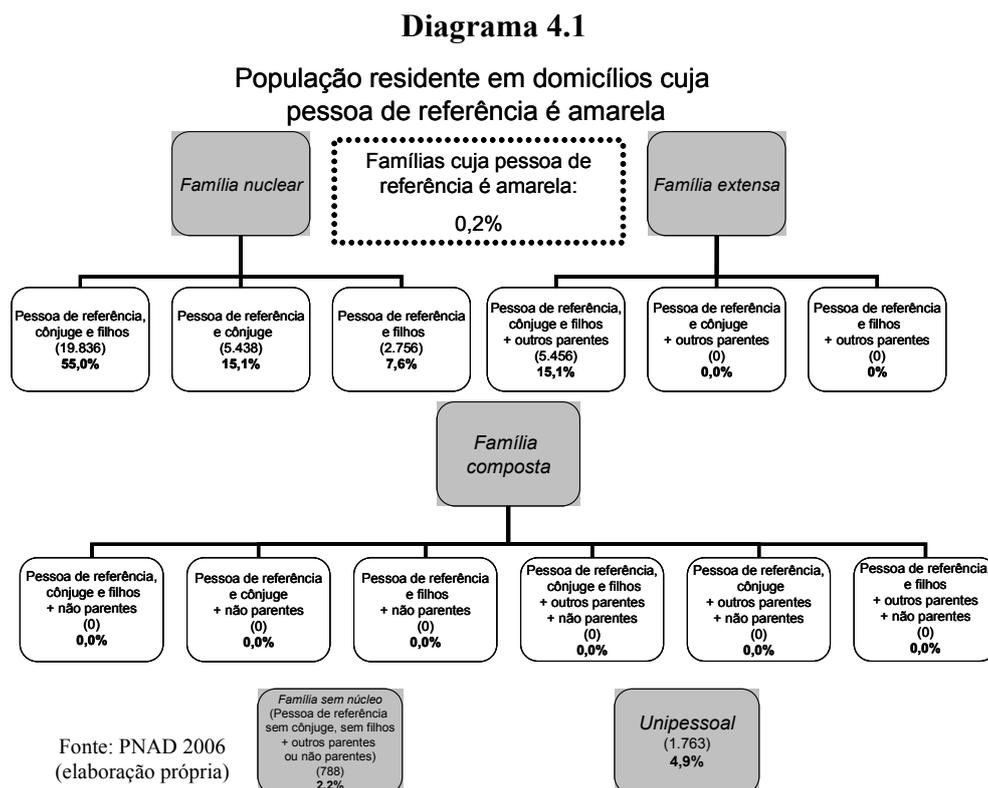
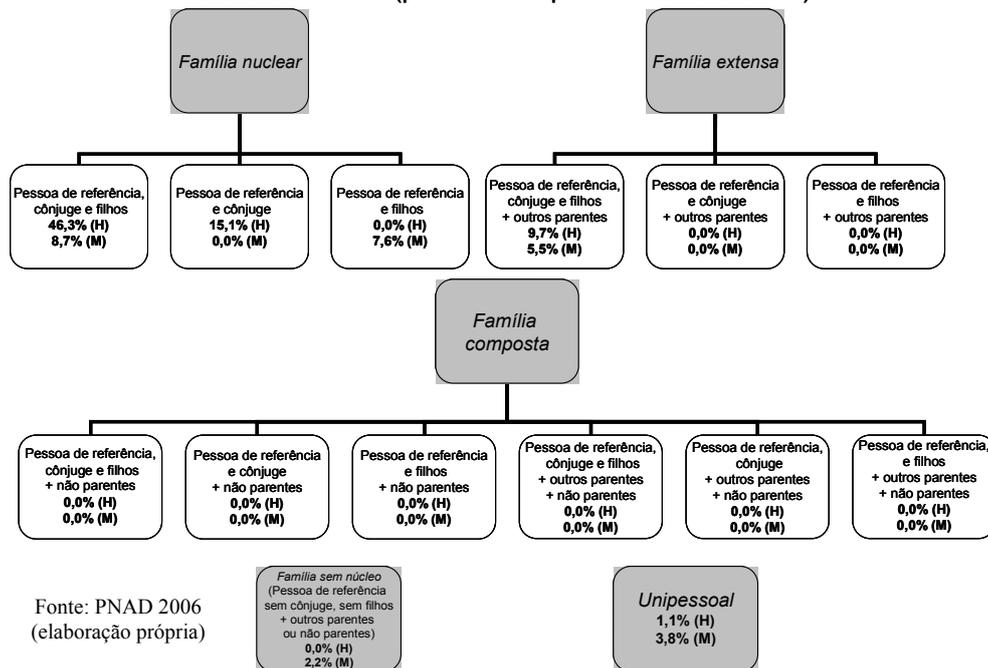


Diagrama 4.2

Percentuais da população residente em domicílios cuja pessoa de referência é amarela (por sexo da pessoa de referência)



3.5 Pessoa de referência parda

Entre os domicílios cuja pessoa de referência é parda (44,8%), que concentram a maioria relativa da população mineira, há também a maioria absoluta das pessoas vivendo em domicílios do tipo casal com filhos (52,1%). Também é alta a proporção de pessoas vivendo em domicílios de família extensa, mas a grande diferença deste grupo para os demais são os menores percentuais de pessoas morando tanto em domicílios Sem núcleo (3,4%) quanto Unipessoal (3,0%), como ilustrado no diagrama 5.1.

Também é grande a proporção de pessoas residindo em domicílios cuja pessoa de referência é o homem, como nas demais categorias. Mais uma vez, apenas nos domicílios do tipo Nuclear 3 e Extensa 3 (ou seja, sem a presença do cônjuge) e Sem núcleo que há uma proporção maior de pessoas moram em domicílios sob a responsabilidade feminina (diagrama 5.2).

Diagrama 5.1

População residente em domicílios cuja pessoa de referência é parda

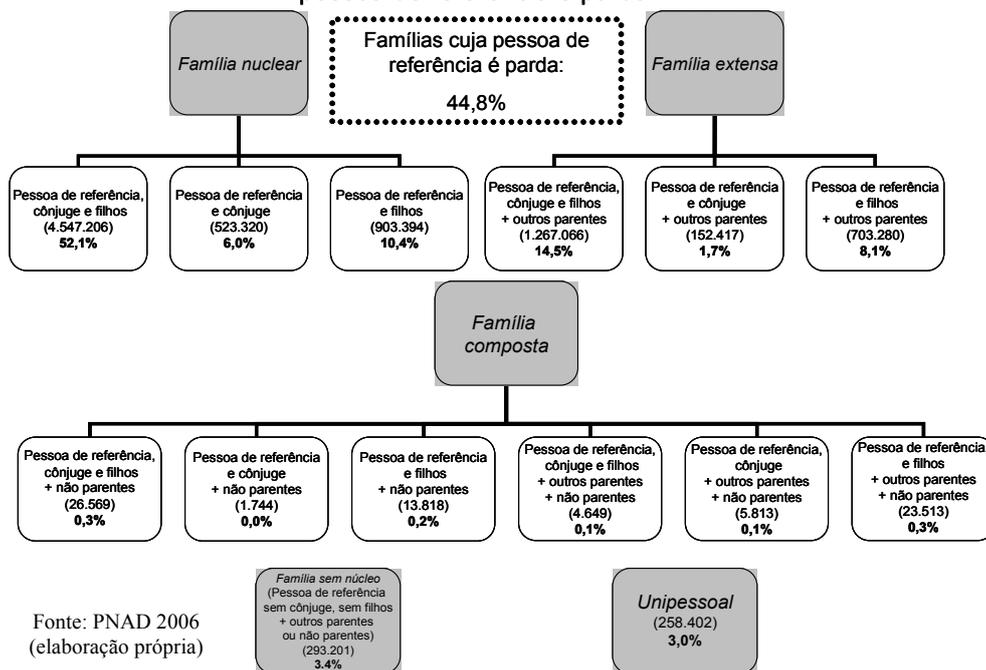
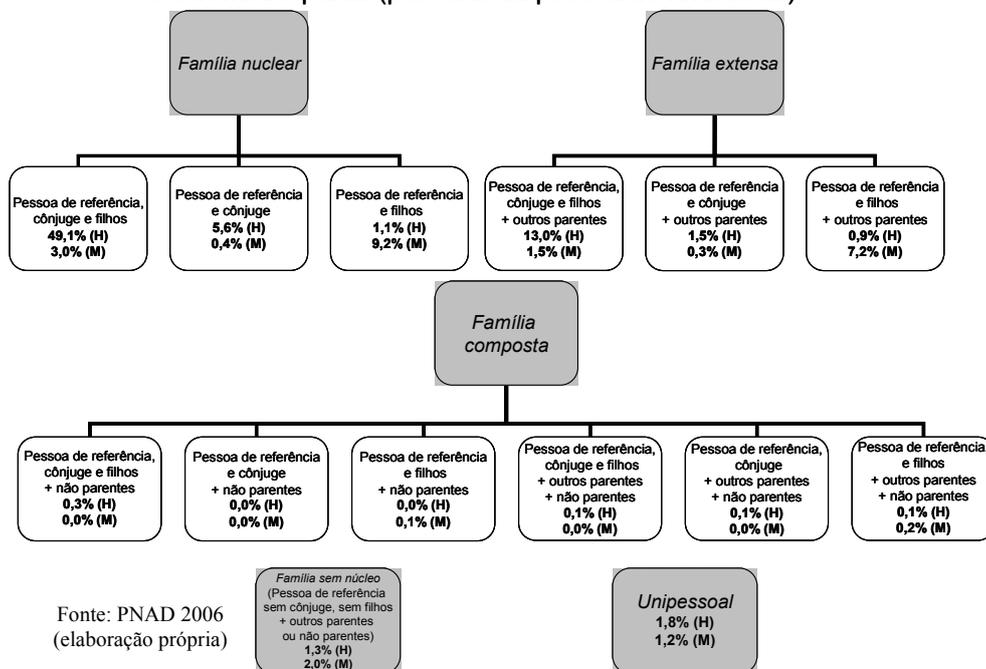


Diagrama 5.2

Percentuais da população residente em domicílios cuja pessoa de referência é parda (por sexo da pessoa de referência)



4 Considerações finais

Desde a segunda metade do século XX muitas mudanças demográficas ocorreram tanto no Brasil quanto em Minas Gerais, como a queda da fecundidade, criação da lei do divórcio, melhora na expectativa de vida, aumento da idade ao casar, maior inserção feminina no mercado trabalho, e essas mudanças acabaram se refletindo no âmbito familiar. Embora saibamos que as famílias mudaram no seu tamanho e na sua composição, ainda se sabe muito pouco sobre a composição dessas famílias por raça/cor.

Por isso, o objetivo deste trabalho foi elaborar uma caracterização das famílias através da raça/cor da pessoa de referência do domicílio para o estado de Minas Gerais em 2006. Embora não tenhamos a pretensão de construir uma trajetória familiar, essa caracterização torna possível identificar as principais diferenças entre as famílias sob a responsabilidade de indígenas, brancos, pretos, amarelos e pardos. Assim, através de uma tipologia proposta por Arriagada (1997) foi possível construir para Minas Gerais 14 tipos de estruturas familiar/domiciliar.

Os resultados confirmam vários estudos já desenvolvidos, em que a família mineira ainda é a tradicional, composta pelo casal e filhos, nesse estudo chamada de nuclear. Além disso, sabe-se que a maioria dessa população vive em domicílios cuja pessoa de referência é homem e pardo. Além disso, se somarmos os pretos e pardos, configurando a categoria negra, tem-se a maioria populacional concentrada em domicílios sob a responsabilidade de negros.

Quando comparamos aos percentuais brasileiros, Minas Gerais destaca-se por carregar consigo a herança racial de tempos passados, quando foi aporte da população escrava e consequentemente também se tornou acolhedora dessa população após a sua abolição.

Como os percentuais de distribuição da população de Minas Gerais por raça/cor mostram que a proporção de pessoas pretas na população total do estado é inferior à proporção da população que vive em domicílios cuja pessoa de referência é de raça/cor preta, é importante destacarmos que esse resultado pode mostrar uma configuração diferenciada das famílias sob essa responsabilidade. Assim, essa diferença pode indicar que esses domicílios podem ser compostos por famílias inter-raciais e também numerosas, no entanto, esse é um estudo que foge ao objetivo deste trabalho.

Independentemente da categoria de raça/cor da pessoa de referência do domicílio, a prevalência da população se encontra em tipos familiares de famílias nucleares e extensas. A família composta, com presença de não parentes, é rara, reforçando a idéia da predominância das famílias nucleares e conviventes, sendo os laços de parentesco o maior definidor da família brasileira.

As famílias cuja pessoa de referência é de raça/cor indígena ou amarela concentram apenas 0,4% da população do estado de Minas Gerais. Mesmo assim, o padrão de família nuclear se mantém dado que a estrutura casal com filhos é a mais prevalente. No entanto, outras análises ficaram prejudicadas pelos altos coeficientes de variação dessa população.

Já entre as famílias cuja pessoa de referência é branca, preta e parda, a maior concentração de pessoas se dá em famílias nucleares e extensas, com uma predominância maior entre as nucleares. Nesse caso, entre os domicílios em que a pessoa de referência é branca ou parda, há mais de 50% da população concentrada em domicílios do tipo mais comum em todas as categorias: casais com filhos. Entre os domicílios sob responsabilidade de uma pessoa de raça/cor preta ocorre uma concentração um pouco menor no tipo de família de casais com filhos, 49,3%, porém bem próxima da maioria absoluta. Nessa categoria, provavelmente temos a presença de domicílios de maior tamanho, devido aos mais altos percentuais de família extensa, reforçando a idéia das desvantagens socioeconômicas vinculadas com maior força a responsáveis por domicílios auto-declarados de raça/cor preta.

A presença considerável de pessoas em famílias do tipo pessoa de referência sem cônjuge e com filhos, com ou sem outros parentes, também mostra a importância que esses domicílios têm na estrutura familiar e principalmente pelo fato de que são domicílios que, em sua grande maioria, a pessoa de referência é a mulher. Isso revela e traz à baila questões de gênero e do peso da responsabilidade feminina para sustentar sua família/domicílio sem a presença do cônjuge/companheiro. Nesse caso, mais uma vez as famílias cuja pessoa de referência é de raça/cor preta e mulher também concentram uma maior proporção de pessoas se comparadas às categorias dos brancos e pardos.

Por fim, é pertinente destacar que em todas as categorias de raça/cor da pessoa de referência, há um percentual pequeno, porém maior do que todos os tipos de famílias compostas somados, de pessoas vivem em domicílios sem núcleo. Essas pessoas estão ligadas à pessoa de referência por outros laços de parentesco ou apenas normas de convivência. No entanto, são várias as possibilidades como: um filho que é a pessoa de referência e sua mãe vivendo no mesmo domicílio, amigos ou parentes que dividem um mesmo domicílio e até mesmo casais homossexuais, que não são captados pela pesquisa. Cabe a estudos futuros investigar mais esse tipo familiar para buscar conhecer melhor esses arranjos domiciliares.

Com isso, podemos afirmar que em Minas Gerais, ainda há a predominância da tradicional família mineira, composta pelo casal com filhos e sob a responsabilidade masculina. A despeito de todas as mudanças passadas pela sociedade nos últimos tempos, ainda guardamos resquícios da sociedade patriarcal, independentemente da raça/cor do responsável por essas famílias/domicílios, pois a maioria absoluta da população ainda vive nesse tipo familiar (exceto para pessoa de referência preta, embora estejam bem próximos do limite). São ainda necessárias mudanças vindouras para que se possa romper esse limite tênue entre o “tradicional” e o “moderno”.

5 Referências bibliográficas

Arriagada, I. “Políticas Sociales, Família y Trabajo em la América Latina de Fin de Siglo”. Santiago: Série Políticas Sociales, 21, CEPAL, 1997. Disponível em: www.eclac.org/publicaciones/xml/3/11863/lc11058e-P.pdf.

Bruschini, C. “Uma abordagem sociológica da família”. Revista Brasileira de Estudos de População, vol.6, n. 1, jan-jun. 1989, 1-23

Cioffi, S. “Famílias Metropolitanas: Arranjos familiares e condições de vida” in: *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, p. 1041-1070, 1998.

Dias, R. “Introdução à Sociologia”. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2005.

Goldani Altmann, A . M. “A demografia ‘formal’ da família: técnicas e dados censitários”. In: *Anais do IV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, v. 3, ABEP, p. 1257-1296, 1984.

Goldani, A . M. “Reinventar políticas para famílias reinventadas: entre la ‘realidad’ brasileira y la utopia”. *Seminário “As Famílias e as Políticas Públicas”*, Belo Horizonte: CEDEPLAR, disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/AnaMariaGoldaniFamilia2005.pdf, 2005.

Henriques, R. “Desigualdade Racial no Brasil: evolução das condições de vida na década de 90”. Rio de Janeiro: IPEA, Textos para discussão, n. 807, 2001.

IBGE. “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios” (microdados), 2006a.

IBGE. “Notas técnicas da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios”, disponível em www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/notas_brasil.pdf, 2006b.

Lesthaeghe, R. “The Second Demographic Transition in Western Countries: An Interpretation”. In: Oppenheim Mason, K e Jensen, A . *Gender and family change in Industrialized Countries*, Oxford, Clarendon Press, 1995.

Lima, M. “O quadro atual das desigualdades” In: Hasenbalg, C., Silva, N. V. e Lima, M., *Cor e estratificação social*. Rio e Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

Longo, L. A . F. de B., Campos, M. B. “Auto ou Alter-declaração? Uma análise da informação de raça/cor nas pesquisas domiciliares”. In: *Anais do XV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, 2006.

Medeiros, M e Osório, R. G. “Arranjos Domiciliares e Arranjos Nucleares no Brasil: Classificação e Evolução de 1977 a 1998”. Brasília: IPEA, Textos para discussão, n. 788, 2001.

Medeiros, M e Osório, R. G. “Mudanças nas famílias brasileiras: a composição dos arranjos domiciliares entre 1978 e 1998”. Brasília: IPEA, Textos para discussão, n. 886, 2002.

Mendras, H. “O que é a Sociologia?”. Barueri, SP: Manole, 2004.

Oliveira, A . M. H. C. e Miranda-Ribeiro, P. “Diferenciais Ocupacionais por Raça e Gênero no Mercado de Trabalho Metropolitano no Brasil” in: *Anais do XI Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, p. 2687-2717, 1998.

Sabóia, A . L. e Cobo, B. “As famílias conviventes no Censo Demográfico 2000”. *Seminário “As Famílias e as Políticas Públicas”*, Belo Horizonte: CEDEPLAR, disponível em www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/outros/FamPolPublicas/Saboiacobo.pdf, 2005.

Silva, N. V. “Morenidade: modo de usar”. In: Hasenbalg, C., Silva, N. V. e Lima, M., *Cor e estratificação social*. Rio e Janeiro: Contra Capa Livraria, 1999.

Soares, S. S. D. “O Perfil da Discriminação no Mercado de Trabalho – Homens Negros, Mulheres Brancas e Mulheres Negras”. Brasília: IPEA, Textos para discussão, n. 769, 2000.

Therborn, G. “Sexo e poder: A família no mundo 1900-2000”. São Paulo: Contexto, 2006.

Van de Kaa, D. J. “Europe’s Second Demographic Transition”. *Population Bulletin*, 42(1): 1-59, march, 1987.

Anexo

Tabela A1

População por sexo da pessoa de referência do domicílio, Minas Gerais 2006

Sexo da p. ref. do domicílio	Frequência	Percentual
Masculino	14.462.746	74,3
Feminino	4.994.918	25,7
Total	19.457.664	100,0

Fonte: PNAD 2006 (elaboração própria)

Tabela A2

Percentuais da população por sexo e raça/cor da pessoa de referência do domicílio, Minas Gerais 2006

Sexo da p. ref. do domicílio	Raça/cor do chefe do domicílio (%)					Total
	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	
Masculino	49,9	75,7	66,8	72,2	74,8	74,3
Feminino	50,1	24,3	33,2	27,8	25,2	25,7
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD 2006 (elaboração própria)

Tabela A3

Percentuais da população por tipo de família e raça/cor da pessoa de referência do domicílio, Minas Gerais 2006

Tipo de família	Raça/cor da pessoa de referência do domicílio (%)					Total
	Indígena	Branca	Preta	Amarela	Parda	
Nuclear 1	0,1	24,4	5,1	0,1	23,4	53,1
Nuclear 2	0,0	3,7	0,4	0,0	2,7	6,9
Nuclear 3	0,1	4,6	1,2	0,0	4,6	10,5
Extensa 1	0,0	4,3	1,4	0,1	6,5	12,3
Extensa 2	0,0	0,7	0,2	0,0	0,8	1,6
Extensa 3	0,0	2,9	1,2	0,0	3,6	7,7
Composta 1	0,0	0,1	0,0	0,0	0,1	0,3
Composta 2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Composta 3	0,0	0,2	0,0	0,0	0,1	0,2
Composta 4	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0	0,1
Composta 5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1
Composta 6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,2
Sem núcleo	0,0	1,7	0,4	0,0	1,5	3,6
Unipessoal	0,0	1,7	0,4	0,0	1,3	3,4
Total	0,2	44,5	10,3	0,2	44,8	100,0

Fonte: PNAD 2006 (elaboração própria)